

Dívida federal continua a crescer

A dívida pública voltou a crescer em termos reais, em abril, segundo o último relatório do Banco Central (BC). Para neutralizar, em parte, o aumento da moeda em circulação no mercado, foi necessário vender maior volume de títulos. Computados a venda e o resgate de papéis federais, acabou sobrando uma colocação líquida de CR\$ 2,6 trilhões em títulos federais. Para isso, foi necessário oferecer juros mais atraentes. Bom negócio para os credores do governo, problema adicional para o Tesouro.

Com essas operações, a dívida federal em poder do público, representada pelos papéis em circulação no mercado, aumentou de 8,7% do Produto Interno Bruto (PIB), em março, para 9,3%. Medida como porcentagem do PIB, essa dívida cresceu seguidamente desde o início do ano (ver quadro). Em termos nominais, o valor cresceu 408,9% sobre dezembro. O endividamento de Estados e municípios também se expande, porém menos velozmente: 331,4% sobre o total computado no final do ano.

Em abril, o ingresso de moeda estrangeira continuou a ser a causa principal da expansão monetária e do endividamento público. As operações do setor externo, isto é, de absorção de reservas pelo BC, produziram impacto equivalente a CR\$ 3,04 trilhões.

As operações do Tesouro Nacional também tiveram efeito expansionista, avaliado em CR\$ 646,9 bilhões. No caso do Tesouro, o grande problema foi o pagamento de duas folhas de salários e encargos. Antes, o governo depositava os salários de um mês no início do mês seguinte. O Congresso mudou a norma. A folha passou a ser depositada no final do próprio mês. Em abril, quando a mudança entrou em vigor, foi necessário realizar o depósito duas vezes. Em maio, a situação se normaliza.

Sem orçamento aprovado, o governo vem liberando verbas abaixo do limite permitido. Por lei, poderia gastar mensalmente 1/12 do orçamento do último exercício, com valor atualizado até o mês anterior. Vem liberando menos do que isso, segundo as informações do Ministé-

rio da Fazenda.

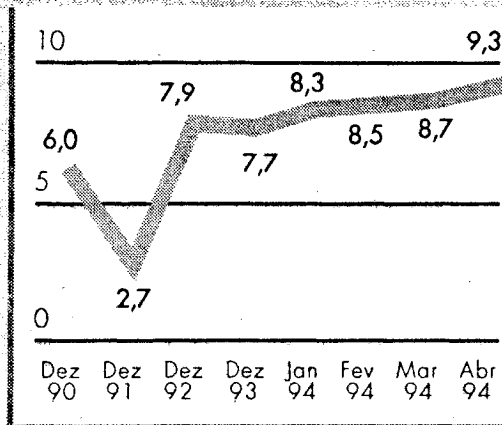
Se mantiver a política até o final do ano, respeitando os cortes previstos para 1994, poderá, provavelmente, fechar as contas da União com equilíbrio operacional, isto é, sem contar os efeitos da correção monetária e do câmbio.

Essa é a questão política mais complexa. Ainda resta, no entanto, o problema da acumulação de reservas. O ingresso de dólares dificulta a execução da política monetária, forçando o BC a emitir.

Adotada a âncora cambial, no entanto, a entrada de recursos externos passará a ter um significado mais importante. O governo tentará,

O VÃO DOS PAPAGAIOS FEDERAIS

Sobe a relação dívida/PIB (%)*



* Dívida mobiliária federal fora do BC
Fonte: Banco Central do Brasil

provavelmente, evitar uma grande redução do superávit do comércio, criando estímulos à exportação. Mas não poderá, por segurança, desestimar os financiamentos e investimentos estrangeiros. Durante algum tempo, pelo menos, o problema monetário deverá continuar.